

Acessibilidade e Ensino superior: Estudo de caso na Universidade Federal de Sergipe

Accessibility and Higher Education: a case study at the Federal University of Sergipe

P. D. Fernandes & V. R. M. Souza

Departamento de Educação, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão-Se, Brasil

Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão-Se, Brasil

priferndes_17@yahoo.com.br

(Recebido em 14 de fevereiro de 2012; aceito em 05 de outubro de 2012)

Este trabalho o objetivo principal foi identificar e analisar os problemas de natureza arquitetônica, pedagógica e cultural que impedem o acesso da pessoa em situação de deficiência no Campus de São Cristóvão, da Universidade Federal de Sergipe. Utilizamos como procedimento metodológico um estudo de caso, de caráter qualitativo, quantitativo e descritivo. Os dados foram colhidos de observação nas áreas de convivência da UFS, registros fotográficos, assim como em levantamento de dados na Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA) e na Comissão Central do Concurso Vestibular. Apesar do sistema de cotas para pessoas em situação de deficiência, persistem barreiras, tanto físicas quanto de comunicação e culturais, muito dificultando ou impedindo o acesso aos conhecimentos.

Palavras-chave: acessibilidade; inclusão; ensino superior

The main objective of this work was to identify and analyze problems architectural in nature, educational and cultural preventing access of persons in situations of disability on the campus of São Cristóvão, Federal University of Sergipe. Used as instruments a case study, qualitative, quantitative and descriptive. Data were collected from observation in living areas of the UFS, photographic records, as well as data collection on the Board of Academic Affairs (DAA) and the Central Committee of the University entrance. Although the quota system for people suffering from disabilities, barriers persist, both physical and cultural communication, very difficult or impossible access to knowledge.

Keywords: accessibility; inclusion; higher education

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo foi identificar e analisar os problemas de natureza arquitetônica, pedagógica e cultural que impedem o acesso da pessoa em situação de deficiência no Campus de São Cristóvão, da Universidade Federal de Sergipe.

Utilizamos como procedimento metodológico um estudo de caso, de caráter qualitativo, quantitativo e descritivo. Os dados foram colhidos de observação nas áreas de convivência da UFS, registros fotográficos, assim como em levantamento de dados na Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA) e na Comissão Central do Concurso Vestibular.

Atualmente, muito se têm falado em educação inclusiva. A conquista e o reconhecimento dos direitos à educação das pessoas com deficiência são atitudes recentes em nossa sociedade.

Nesta perspectiva, considera-se pessoa em situação de deficiência aquela que apresenta (em caráter permanente) perdas ou reduções de sua estrutura ou função anatômica, fisiológica, psicológica ou mental, com incapacidade para certas atividades, tendo-se em vista o padrão considerado "normal" para o ser humano.

Independente de condição étnica, religiosa, deficiência física, sensorial ou intelectual toda pessoa deve ser respeitada quanto aos seus direitos a desfrutar plena convivência social. O processo de inclusão não deve ser visto apenas como um instrumento de promoção social com a promessa de igualdade de oportunidades, mas um convite à reflexão a partir da experiência de vida das pessoas com deficiência que, mesmo dominadas pelas relações estruturais da sociedade, são dotadas de consciência [1].

Segundo dados do IBGE (2000), 16% da população sergipana possui algum tipo e grau de deficiência. E, em função de tais deficiências muitos permanecem sem acesso à escola. A legislação brasileira, especialmente na Lei nº 7.853/89 e no Decreto 914/93 define que acessibilidade é a condição favorecedora da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida para utilizar com segurança e autonomia os espaços, mobiliários e equipamentos urbanos em todas as edificações, transportes, sistemas e meios de comunicação do ambiente social [2].

Legalmente somos um dos países mais inclusivos do mundo, no entanto, existe um abismo entre a lei e a sua efetivação. Muitos são os aspectos que devem ser levados em conta na concretização da inclusão no ensino superior. Embora as leis não bastem para oportunizar ao universitário formar-se um profissional competente e apto a desempenhar suas funções na sociedade, elas são indispensáveis para nortear e respaldar as ações que devem ser empreendidas [3].

A partir do concurso vestibular 2010, o Programa de Ações Afirmativas da UFS instituiu o sistema de cotas para pessoa com deficiência. A potencialização do número de pessoas cegas, surdas e com dificuldade de locomoção exige mudanças nas concepções de escola, de avaliação e de ser humano.

Os textos da legislação educacional vigente no Brasil têm apontado para a necessidade de um sistema educacional inclusivo, que facilite a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconômicas, um sistema educacional planejado e organizado para dar conta da diversidade dos alunos e oferecer respostas adequadas às suas características e necessidades específicas [4].

Portanto, o processo de inclusão das pessoas com deficiência não é caridade, mas um direito respaldado tanto em documentos internacionais quanto na Constituição Brasileira. A questão central da pesquisa é detectar os problemas de acessibilidade que os alunos com deficiência física encontram na Universidade Federal de Sergipe.

2. ACESSIBILIDADE E ENSINO SUPERIOR

Entende-se por acessibilidade a condição para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas ou meios de comunicação e informação por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida [2].

A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior está regulamentada pela Portaria nº 1.679, de 02 de dezembro de 1999, revogada pela Portaria 3.284/2003 que assegura às pessoas com deficiência condições básicas de acessibilidade ao nível superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino. Também nesse sentido, a Resolução 80/2008 do CONEP (Conselho do Ensino e da Pesquisa) veio estabelecer reserva de vaga nas Universidades. No entanto, há um abismo entre a lei e a sua efetivação.

Muitos são os aspectos que devem ser levados em conta na concretização da inclusão no ensino superior. As leis não bastam para garantir ao universitário formar-se um profissional competente e apto a desempenhar suas funções na sociedade, elas são indispensáveis para nortear e respaldar as ações que devem ser empreendidas. [3].

Os autores Susan Stainback e Willian Stainback [5] sobre o processo de inclusão, esclarecem que "... o ensino inclusivo proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade." Ainda de acordo com eles, em uma sociedade cada vez mais diversificada, o ensino inclusivo ensina os alunos a aceitar as pessoas que são diferentes.

Na Universidade Federal de Sergipe, muitas das adaptações não estão em consonância com o manual de acessibilidade da ABNT (2004). No entanto, esta instituição se ressentem não só de barreiras físicas como também atitudinais e de recursos pedagógicos, sendo o vestibular o primeiro momento de manifestação desses obstáculos.

Em 2010 a UFS garantiu uma vaga por curso para pessoas com necessidades específicas, através da reserva de vagas. Com essa reserva percebeu-se a possibilidade de acesso do surdo. E para aqueles que dependem da Língua Brasileira de Sinais foi necessária, então, a contratação de intérpretes que possibilitaram a aprendizagem e a comunicação entre surdos e ouvintes.

A partir do quantitativo do número de alunos com deficiência, a comunidade universitária teve que repensar seus conceitos sobre aluno, sobre avaliação e sobre a própria Universidade. Os desafios foram e ainda são grandes, pois envolvem ao mesmo tempo solução de problemas arquitetônicos, pedagógicos e atitudinais. Mas é um processo de adequação que já começou, apenas sendo necessário mais estudo que detecte amiúde todas as falhas estruturais persistentes para que se possam saná-las em tempo hábil.

Na prática, porém, as iniciativas pedagógicas que possibilitam na UFS a inclusão, limitam-se no momento a ações do Departamento de Educação e do Departamento de Serviço Social. Nos anos de 2007 e de 2008 foram realizadas a Primeira e a Segunda Semana de Acessibilidade, ambas organizadas pelos Departamentos citados com a parceria da *Associação dos Deficientes Visuais – ADEWISE*.

Participando do Programa Incluir, do Ministério da Educação, a UFS vem desenvolvendo, embora ainda esparsas, ações concretas e operacionalizadoras para a desejada acessibilidade, sustentadas essas ações por recursos oriundos do referido Projeto desde os anos de 2006, 2007 e 2008.

No ano de 2006 a coordenação do Projeto esteve sob a responsabilidade do professor Arivaldo Montalvão Filho. Em 2007, da professora Neilza Barreto de Oliveira. E em 2008, foi coordenado pela professora Djalma Oliveira, então diretora do Departamento de Apoio Pedagógico - DEAP. Portanto, a despeito de ainda haver falhas obstaculizadoras da inclusão já são visíveis mudanças realizadas nos últimos três anos.

Estas oficinas visaram sensibilizar os professores para receber alunos em situação de deficiência. Durante as oficinas foram apresentadas tecnologias assistivas, e foram listados os principais cuidados que o professor deve tomar para que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento.

De acordo com alguns alunos com deficiência, não existem receitas, cada professor diante da necessidade de seu aluno faz os ajustes necessários. Com relação à tecnologia assistiva, o Departamento de Educação possui uma impressora Braille e software para leitura de tela – JAWS, o último adquirido com recursos do próprio Departamento. Conta ainda com um Grupo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência.

O DED oferece as disciplinas Educação Inclusiva e Língua Brasileira de Sinais - Libras aos alunos do curso de Pedagogia e um projeto de pesquisa e extensão intitulado Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência na Universidade Federal de Sergipe (PIBIX). O Departamento de Educação Física oferece a disciplina Metodologia do Ensino da Educação Física Especial.

Uma das ações do Projeto PIBIX foi elaboração da Cartilha “Vendo a UFS com Outros Olhos”. Durante as oficinas inclusivas as cartilhas são distribuídas aos docentes. Este material dá orientação aos professores para trabalhar com os alunos cegos e com baixa visão. Mais duas cartilhas estão em fase final, desta vez os temas são deficiência física e auditiva. Na disciplina Educação Inclusiva os alunos realizaram oficinas para construir materiais pedagógicos de baixa tecnologia que possibilitam o acesso aos conhecimentos; esses materiais se encontram a disposição dos alunos para utilização nos estágios ou em turmas de educação inclusiva. Em 2008 foram realizados três cursos: o primeiro tratou da inclusão da pessoa com deficiência do ensino regular, o segundo tratou da deficiência física e o terceiro, deficiência visual. Tais cursos se constituíram como mais uma ação do projeto PIBIX.

No Grupo de Pesquisas em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência existem estudos concluídos e em andamento a respeito da inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior e em outras áreas da educação especial. Nos programas de Pós-Graduação em Educação NPEGED e no Núcleo de Pós-Graduação em Ciências e Matemática foram ministradas a disciplina Políticas Públicas de Atendimento a Pessoa com Deficiência.

Em janeiro de 2009, a Biblioteca Central da UFS realizou um curso para operar com impressoras Braille. Participaram do treinamento funcionários da BICEN e estagiários. A BICEN está preparada para transcrever em Braille os materiais solicitados pelos professores e alunos cegos.

O crescimento do número de alunos na graduação e na pós-graduação que se mostram interessados em pesquisas na área da Educação Especial demonstra a atualidade e relevância do tema. Tal demanda é confirmada pelo número de pessoas que procuram os programas de pós-graduação com projetos de pesquisa na área da educação especial e também pela apresentação de trabalhos nos GTs que tratam desse tipo de educação. Mas, apesar do interesse de jovens pesquisadores não existe a mesma consciência em grande parte da comunidade universitária quanto à importância de incluir pessoas com deficiência.

É bastante dizer que o único Departamento da UFS a incluir a disciplina Libras (Língua Brasileira de Sinais) – por lei obrigatória em todos os currículos – foi o Departamento de Educação. E esse alheamento mostra as dificuldades que a Universidade ainda deve enfrentar com a implantação das cotas que possibilitam o ingresso de pessoas com necessidades específicas. Só a partir do segundo semestre de 2009, diante da solicitação do Departamento de Apoio Pedagógico – DEAP – e diante da exigência legal foi que os cursos de licenciaturas começaram a solicitar professores para ministrarem a disciplina Libras.

A melhoria das condições de acessibilidade da UFS é importante não só para aqueles que apresentam necessidades específicas, mas também para toda a comunidade universitária. E diante disso fez-se necessário um estudo para detectar falhas ainda presentes a fim de saná-las em tempo hábil.

No que diz respeito a demanda das deficiências mais encontradas no Campus da Universidade em análise prosseguem as de 2010, que são as de natureza física seguidas pela deficiência auditiva e por fim a visual.

No vestibular de 2010, das 106 vagas para deficientes, somente 36 foram preenchidas e destes, 18,87% foram deficientes físicos e 15, 09 % para as outras deficiências. Já em 2011, das 102 vagas para deficientes, 53 foram preenchidas e destes, 20, 59% são deficientes físicos e 31,37% para outras deficiências.

Até 2009 o Campus estudado apresentava apenas 02 (dois) alunos com deficiência visual. No entanto, nos anos de 2010 e 2011 esse quantitativo aumentou expressivamente, e atualmente o campus apresenta 19 alunos com deficiência visual em diferentes cursos. A partir do gráfico abaixo podemos perceber o aumento no quantitativo de alunos cegos e com baixa visão no Campus de São Cristóvão.

Em 2010, o número de alunos matriculados nos cursos de graduação do Campus de São Cristóvão foi de 20.039 alunos, sendo que desses 05 (cinco) eram cegos e com visão subnormal, o que estatisticamente representa 0, 024% do total de alunos. Já em 2011, o número de alunos matriculados nos cursos de graduação do mesmo campus foi de 20.363. Desses, 19 eram cegos e com baixa visão, obtendo, assim, 0, 093%. Ou seja, houve um aumento de 0, 069% no quantitativo de alunos do ano de 2010 a 2011.

3. RESULTADOS

a) Arquitetônicas

- Pisos rebaixados que não levam a lugar algum;
- Sanitários fora das normas da ABNT;
- Falta de manutenção de calçadas e pistas do campus (Rampas danificadas);
- Ausência de pistas táteis indicando os principais prédios;
- Insuficiência de vagas especiais e rota inacessível;
- Ausência de contraste de cor nos degraus;
- Ausência de guarda-corpos normatizados;
- Portas estreitas (menor que 85 cm).

- Ausência de orelhões em altura compatível com usuários de cadeiras de rodas (a 1m do chão);
- Auditórios fora das normas de acessibilidade (ausência de espaço para cadeira de rodas, rampas de acesso aos palcos fora das normas);
- Caixas de esgotos acima do nível do piso;
- Falta de escoamento nos pisos rebaixados;
- Falta de puxadores de portas adaptados;
- Lixeiras altas;
- Ausência de sinalização dos obstáculos;
- Rota de acesso dificultada;
- Ausência de rampas ou elevadores em todas as edificações com pavimento superior.

b) Atitudinais

- Desrespeito ao número da vaga legal;
- Carros estacionados na frente das rampas de acesso de pessoas com dificuldade de locomoção;
- Motos estacionadas ou trafegando nas passarelas de pedestres;
- Desrespeito à vaga especial;
- Mesas obstruindo passagem na passarela de pedestres (cantinas localizadas nas didáticas).

c) Informativas ou comunicacionais

- Falta de sinalização em Braille das salas de aula, bibliotecas, restaurantes, etc...;
- Falta de livros em Braille;
- Falta de equipamentos como lupas, réguas de leitura, sorobã, regletes, etc.;
- Falta de livros em áudio;
- Desconhecimento, por parte da comunidade universitária, dos direitos das pessoas com deficiência, garantidos na legislação;
- Ausência de um serviço de orientação aos alunos com deficiência;
- Ausência de um serviço de apoio pedagógico aos professores que atuam nas turmas inclusivas da UFS;
- Ausência de materiais de alta e baixa tecnologia que auxiliam a independência do aluno com deficiência;
- Inexistência de softwares que possibilitem o acesso do cego as informações. (na biblioteca);
- Falta de letores e intérpretes em Libras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A melhoria das condições de acessibilidade da UFS é importante não só para as pessoas que apresentam necessidades específicas, mas para toda a comunidade universitária. A convivência social de todos é um preceito constitucional. O direito de ir e vir e a equiparação de oportunidades para todos são condições para efetivação da cidadania.

Podemos perceber algumas mudanças com relação a acessibilidade na Universidade Federal de Sergipe. De 2010 para 2011 estão sendo realizadas obras no intuito de cumprir aos padrões estabelecidos pelas leis, no entanto, muito ainda deve ser feito, é necessário que a Universidade forneça infra-estrutura e apoio para que tais pessoas tenham garantido o pleno direito de acesso a tudo e a todos os conhecimentos desse importante centro de saber acadêmico. A infra-estrutura adequada para receber as pessoas em situação de deficiência é uma exigência legal para a implantação e ou reconhecimento de cursos em instituições de ensino superior.

1. PATTO, Maria Helena Souza. As políticas de educação escolar: reflexões a partir de um recorte conceitual. In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. M.; SANTOS, R. A. *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008.
2. BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2010.
3. FERREIRA, S. L. *Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais*. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 13, n. 1, 2007, p. 43-60.
4. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998. 62 p.
5. STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. São Paulo: Artmed, 2006.